

Após pressão de Estados, relator diz que pode rever pontos da reforma

— Aginaldo Ribeiro sinaliza alterações em Conselho Federativo, prazo de transição e fundo de desenvolvimento; empresários e economistas pedem aprovação do projeto

BRASÍLIA

Diante da pressão principalmente de governadores, o relator da reforma tributária na Câmara, deputado Aginaldo Ribeiro (PP-PB), sinalizou ontem que pode rever pelo menos três pontos do seu relatório. Esses pontos têm a ver com a definição de regras para o chamado Conselho Federativo e para o Fundo de Desenvolvimento Regional e ainda sobre um novo cálculo de transição para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) — que vai reunir o ICMS (de competência dos Estados) e ISS (dos municípios).

“A gente tem compromisso político de discutir”, afirmou Ribeiro. “A ideia é de que a gente tenha claro na PEC esse e outros temas para evitar qualquer tipo de insegurança.” O deputado acrescentou que esses pontos “estariam endereçados” até hoje. A possibilidade de mudança no texto foi antecipada pelo Estadão na terça-feira.

Calendário
Apesar das divergências, presidente da Câmara quer votar projeto ainda nesta semana

Em outra frente, o Estadão apurou que Ribeiro também avalia uma lista de 37 produtos para compor uma cesta básica nacional. Os itens dessa lista restrita, apresentada pelo setor de supermercados, seriam desonerados integralmente.

A alternativa está na mesa de negociação porque o parecer inicial do relator não prevê a desoneração de 100% da cesta básica. Ele fixou uma tributação reduzida para os produtos equivalente a 50% da alíquota básica do novo imposto — projetada em torno de 25% pelo Ministério da Fazenda.

IMPASSE. Mais recursos para compensar o fim da chamada guerra fiscal e mudança na forma prevista na reforma para a repartição dos novos tributos são algumas das críticas de governadores (ver quadro nesta

página). Quem tomou a frente nessa articulação foi o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que apresentou uma proposta para substituir o Conselho Federativo por uma câmara de compensação. Pelo texto em debate, caberá ao conselho distribuir os recursos do novo IBS. Para os governadores, isso representaria perda de autonomia.

“Não podemos deixar a reforma escorrer pelas mãos”, disse Tarcísio, ontem à noite, depois de reunião de governadores em Brasília, acrescentando que cerca de 90% da reforma já estaria “pacificada”. O encontro reuniu, entre outros, Eduardo Leite (Rio Grande do Sul), Claudio Castro (Rio de Janeiro) e Romeu Zema (Minas).

“É importante que haja um quórum regionalizado”, disse Leite, sobre a composição do Conselho Federativo. Ele ressaltou que Norte e Nordeste, juntos, têm mais da metade dos Estados brasileiros. Assim, se as decisões no conselho forem tomadas por maioria simples, uma aliança entre as duas regiões seria suficiente para ditar os rumos das deliberações.

MANIFESTO. O projeto de reforma tributária ganhou ontem apoio de peso. Mais de 60 economistas e empresários assinaram um manifesto para endossar a proposta que está sendo debatida na Câmara.

Entre os signatários do texto, estão economistas como Afonso Celso Pastore, Andrea Calabi, Arminio Fraga, Edmar Bacha e Samuel Pessoa, e empresários como Jorge Gerdu (presidente do conselho superior do Movimento Brasil Competitivo) e Pedro Passos (cofundador da Natura).

Eles afirmam que é “consenso que a reforma do sistema tributário brasileiro é necessária e urgente”. “Agora, temos a melhor janela para aprovação das últimas décadas — com alinhamento político entre o Congresso, governo federal, maioria dos Estados e municípios e do setor privado.” ●

Os nós do texto

As divergências que travam as negociações

● **Conselho Federativo**
 O projeto de reforma tributária cria o Conselho Federativo, órgão que seria responsável por gerenciar e distribuir o imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tributo que unificará o ISS (municipal) e o ICMS (estadual). Pelo menos 11 governadores já

disseram ser contra o formato

● **Mais recursos**
 A proposta do relator Aginaldo Ribeiro (Progressistas-PB) prevê a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Até 2033, o FDR teria R\$ 40 bilhões, conforme previsão no relatório. Governadores pedem R\$ 75 bilhões por ano

● **Fundo Regional**
 Os recursos do FDR seriam revertidos aos Estados como forma de compensar o fim da

guerra fiscal. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), quer que o Estado receba mais recursos. Ele sugere que a distribuição leve em conta o cadastro do Bolsa Família

● **Transição**
 O relatório prevê a simplificação do sistema tributário com um período de transição até 2029. Os governadores querem que o período se estenda até 2033

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios Caderno: B Pagina: 1